

Por Jorge Wahl

Divulgados dias atrás, os índices até já haviam dado uma pista das dificuldades enfrentadas pelos planos de autogestão em saúde, dos quais 34 são administrados por fundos de pensão. O IPCA-Saúde atingiu 11,05% no ano passado, enquanto o FIPE-Saúde subiu a 11,66%, ambos praticamente o dobro de uma das principais medidas da inflação, o 6,29% registrado pelo IPCA no período. Esses percentuais, nota Rogério Carlos Lamim Braz, diretor-superintendente do Eletros Saúde, o plano da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros e Coordenador da Comissão Técnica UNIDAS-ABRAPP de Planos de Autogestão em Saúde, traduzem a explosão dos custos médicos e ressaltam a urgente necessidade de se buscar soluções.

O próprio IPCA, aliás, festejado por ter ficado em 2016 abaixo das próprias expectativas do governo e dentro da meta para o ano, permitindo inclusive uma redução maior dos juros pelo Copom, só não foi menor porque acabou sendo pressionado pelos custos com planos de saúde, que subiram 13,66%, e com remédios, cuja alta alcançou os 12,50%.

Outros desafios além dos custos - Para Aderval Paulo Filho, Presidente da UNIDAS - União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, os principais desafios não se limitam aos custos assistenciais, uma vez que há também a judicialização, a gestão da população idosa (o segmento das autogestões concentra o maior percentual, 28,2%), o implemento de novas tecnologias de forma agregada, além de normativos da ANS que não levam em consideração a especificidade do segmento. “Somente conseguiremos superá-los intensificando nossas ações conjuntas, buscando investir ainda mais em programas de promoção à saúde e prevenção de doenças, sensibilizando legislativo e órgãos reguladores em relação às autogestões, destacando suas características visando o crescimento do modelo”.

Aderbal, que é também dirigente da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, sublinha já terem a Unidas e a Abrapp apresentado à ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) as demandas mais urgentes. A pauta inclui reivindicações técnicas, com temas relativos às margens de solvência, à provisão para eventos ocorridos e não avisados, e a eventos e sinistros a liquidar. “Com as regras que temos hoje, as autogestões correm risco. Somos responsáveis por mais de 5 milhões de vidas e esse é um público que se sair das autogestões irá sobrecarregar o SUS ainda mais. Além disso, atendemos o maior percentual de idosos da saúde suplementar. Por isso, somos um segmento diferenciado e que precisa ser tratado de maneira diferenciada”, arremata.

“Os desafios precisam ser enfrentados sem tardar”, assinala Rogério, chamando a atenção para o fato de que as empresas que exploram o segmento enfrentam também a elevação dos custos, mas em compensação oferecem os seus serviços para quem e onde as interessa e podem mesclar ganhos e perdas entre os seus vários produtos em carteira.

Fonte: [Diário dos Fundos de Pensão](#), em 13.01.2017.